



ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE OBRAS, ENGENHARIA E ARQUITETURA  
SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

REFERÊNCIA: **Ata de Registro de Preços - Manutenção Predial do Interior**

REQUERENTE: JOSÉ LINDSTRON PACHECO – Pregoeiro da CPL.

ASSUNTO: Pregão Eletrônico nº. 030/2020 – CPL/PGJ – MA.

**OBJETIVO:**

Análise acerca da proposta apresentada na Licitação relativa ao Pregão Eletrônico nº. 030/2020-CPL-PGJ-MA. Esta objetiva a **Contratação de ARP de Manutenção Predial Preventiva da Capital**, conforme consta no Processo Administrativo nº. 8699/2020 DIGIDOC.

**DISCRIMINAÇÃO:**

EMPRESA: JD CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI – CNPJ: 13.609.718/0001-21

**1) HABILITAÇÃO TÉCNICA:**

- A empresa apresentou registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) comprovada através de certidão expedida pelo referido órgão, também apresentou Atestado (s) de Capacidade Técnica da mesma, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando haver executado serviços similares em quantidade e qualidade ao objeto da presente licitação conforme item 6.1 do Termo de Referência anexo ao Edital.
- A empresa apresentou habilitação técnica dos responsáveis técnicos: Engenheiro Civil e Engenheiro Eletricista, conforme item 6.4 e 6.5 do Termo de Referência, anexo ao edital.

**2) ANÁLISE DA PROPOSTA APRESENTADA**

- A planilha sintética apresenta inúmeros serviços com preços unitários inferiores a 70% do preço da Administração de forma que o desconto global ofertado pela licitante ficou maior que 30%. Portanto os serviços indicados na planilha comparativa em anexo, que incorrem nessa inconformidade, são considerados inexecutáveis e, além disso, não houve comprovação de exequibilidade dos mesmos conforme exigido no item 2.1.5 do termo de referência, anexo ao edital, transcrito abaixo:

*“2.1.5. Será considerado como preço unitário inexecutável, o preço unitário inferior a 70% do valor orçado pela Administração, salvo o que for demonstrado ser praticável a partir de prova documental. Caso a proposta apresente preço inexecutável deverá ser desclassificada. Para critério de julgamento da exequibilidade da proposta serão utilizadas as seguintes verificações:*

*“2020 – O Ministério Público no fortalecimento do controle social”.*

Av. Carlos Cunha, S/N – Jaracaty – CEP: 65076-820 – São Luís/MA

Telefones: (98) 3219-1663

e-mail: [coea@mpma.mp.br](mailto:coea@mpma.mp.br)





ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE OBRAS, ENGENHARIA E ARQUITETURA  
SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

- Preços de insumos e salários compatíveis com o mercado;
- Encargos sociais e tributários devidamente justificados;
- Compatibilidade dos coeficientes de produtividade;
- Detalhamento do BDI com justificativa no caso de renúncia a determinada parcela de remuneração;
- Relação de materiais e instalações de propriedade do licitante que justifica o valor ofertado, com a devida documentação comprobatória."

### 3) PARECER

Devido aos problemas observados na proposta enviada pela licitante, citados na análise, o parecer desta Coordenação de Obras de Engenharia e Arquitetura – COEA é pela desclassificação da licitante em questão.

Essa é a nossa análise, e mais, sugerimos que sejam atendidas, as prescrições da Lei 8.666/93 para o julgamento da habilitação das empresas.

São Luís, 27 de agosto de 2019.

Ravilson Galvão Meireles  
Analista Ministerial – Mat. 1069392  
COORDENADORIA DE OBRAS, ENGENHARIA E ARQUITETURA – PGJ

Eng.º Gilberto Duailibe Mouchrek  
Coordenador  
COORDENADORIA DE OBRAS, ENGENHARIA E ARQUITETURA – PGJ